

## Lei Ordinária nº 896/1991

Autoriza o afastamento de servidoras mães de excepcionais, para fim que menciona, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 13 de junho de 1991

## Art. 1°.

A servidora pública municipal sujeita ao regime de 40 horas semanais, e que tenha filho excepcional, fica autorizada a afastar-se do trabalho em um dos seus turnos.

**Parágrafo único.** - Para os efeitos desta Lei, considera-se servidora municipal a prestadora de serviço vinculada a Administração direta, indireta, fundação, à empresa pública a sociedade de economia mista.

- **Art. 2°.** O afastamento de que trata o art. Anterior dependerá apenas de requerimento da interessada, acompanhado de laudo médico e certidão de nascimento.
- **Art. 3°.** O afastamento será concedido pelo prazo de 1 ano, podendo ser renovado, sucessivamente, enquanto perdurar a situação, observado o disposto no art.  $2^{\circ}$ .
- **Art. 4°.** O período de afastamento, será considerado como de efetivo exercício,para todos os efeitos legais.
- Art. 5°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeitura Municipal de Camapuã, 13 de junho de 1991.

Victor Hugo Ferreira Rosa

**Prefeito Municipal**